

## Os perigosos *Dominios de Hespanha*: contatos e tensões na fronteira luso-espanhola da Capitania do Rio Negro (1780-1808)

Carlos Augusto Bastos\*

### Considerações iniciais

As relações diplomáticas entre Portugal e Espanha no século XVIII foram caracterizadas principalmente por conflitos, ocorridos de modo visível nos domínios das duas Coroas na América. No continente americano, desenrolaram-se avanços militares mútuos nas zonas fronteiriças, bem como contestações dos dois lados sobre os direitos de ocupação de vastas áreas. Nesse século, as disputas internacionais entraram em uma nova fase, com o acirramento das concorrências entre os impérios ultramarinos europeus pela hegemonia no mundo colonial, o que influenciou as medidas visando delimitar e proteger os domínios de Espanha e Portugal no Novo Mundo. Assim, para dirimir as disputas territoriais na América, as Coroas ibéricas assinaram em 1750 o acordo diplomático que ficou conhecido como Tratado de Madri.<sup>1</sup> Em 1760, contudo, o monarca espanhol Carlos III determinou a anulação do tratado e, em 1761, o Tratado de El Pardo estabeleceu que a linha divisória dos domínios sul-americanos voltaria à situação anterior à 1750. Entre 1761 e 1776, travou-se nos limites hispano-portugueses da América uma "guerra de frontera", na avaliação de Manuel Lucena Giraldo.<sup>2</sup> A partir do final da década de 1770, deu-se um movimento de aproximação entre as duas Cortes.<sup>3</sup> Em 1777, as duas Cortes firmaram em San Ildefonso de la Granja um tratado preliminar de limites para as possessões americanas e asiáticas, determinando a interrupção das hostilidades nas fronteiras e oficializando a intenção de resolver futuramente as pendências territoriais. Em 1778, portugueses e espanhóis assinaram o Tratado de Amizade, Garantia e Comércio, pelo qual a Coroa portuguesa se comprometeria, entre outros pontos, a não intervir em um possível conflito entre Espanha e Inglaterra. A partir de 1780, e até princípios do século seguinte, as autoridades ibéricas iniciaram os trabalhos de delimitação dos limites entre as Américas espanhola e portuguesa, almejando com isso definir os espaços de seus impérios no continente.

As comissões demarcadoras espanholas e portuguesas tinham como objetivos reconhecer os espaços fronteiriços e, evidentemente, representar os interesses de suas respectivas Coroas na configuração do mapa final dos domínios de Espanha e Portugal na

América do Sul. Além disso, a longa interação entre as comissões possibilitou o aumento do intercâmbio de informações entre os domínios portugueses e espanhóis na América. Essas informações eram relevantes não apenas para conduzir os trabalhos das comissões, mas também se mostravam essenciais para conhecer, mesmo que de modo fragmentário, o que se passava nos espaços vizinhos. E, ao acompanhar a movimentação de tropas e o estado político e econômico dos territórios contíguos, portugueses e espanhóis orientaram seus planejamentos de defesa nas regiões de fronteira.

Neste artigo, será analisado o caso da Capitania do Rio Negro,<sup>4</sup> no extremo norte da América portuguesa, entre a década de 1780, quando tem início os trabalhos de demarcação de limites da Quarta Partida ou Comissão Demarcadora luso-espanhola,<sup>5</sup> até antes da crise política dos impérios ibéricos iniciada no ano de 1808. A permanência das comissões espanholas e portuguesas nessa Capitania permitiu a circulação pela fronteira de pessoas envolvidas nos trabalhos de demarcação, assim como de informações. Em relação às autoridades portuguesas do Rio Negro, as informações que chegavam do lado espanhol foram importantes na orientação da política a ser adotada com relação aos trabalhos de demarcação, mas também na tomada de decisões sobre a defesa militar da região. Neste texto, serão abordadas as leituras e interpretações dos oficiais portugueses sobre o contato com os espanhóis e as ameaças representadas pela proximidade com os domínios de Espanha.

### A guerra como possibilidade nos confins da América

Mesmo em um contexto de aproximação diplomática, as autoridades portuguesas permaneceram bastante cautelosas sobre o que ocorria no outro lado da fronteira e suas possíveis repercussões e ameaças para os domínios de Portugal no vale amazônico. Os acordos assinados pelos monarcas ibéricos não eliminaram a preocupação com conflitos armados que poderiam se desenrolar futuramente. Esses possíveis conflitos, por sua vez, certamente envolveriam as possessões americanas. A experiência acumulada de décadas de tensões e guerras era um fator importante para alimentar o temor das autoridades portuguesas que serviam nos territórios americanos. Além dessas experiências, a circulação de informações no espaço fronteiriço também embasava a leitura política desses sujeitos, influenciando as ações voltadas para o controle da fronteira.

Assim, o chefe da Partida demarcadora portuguesa, João Pereira Caldas, ao oficial em 1783 para Martinho de Mello e Castro, Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, admitia não ter naquele momento indícios suficientes para desconfiar do procedimento dos espanhóis nas províncias vizinhas, mas lembrava que o Estado do Grão-Pará era confinante "com os espanhóis, franceses e holandeses, e que a atual aliança das ditas três grandes potências", assim como a "revolta da América inglesa, tudo isto [deveria] contribuir para com o tempo se disporem e tomarem as convenientes precauções de defesa."<sup>6</sup> Ao mesmo tempo em que a Partida portuguesa buscava barrar as reivindicações territoriais espanholas, seus oficiais tentavam acompanhar a movimentação de tropas espanholas na América. Tratava-se de uma tarefa essencial para evitar possíveis agressões dos espanhóis contra os Domínios de Portugal. Em 1784, um oficial português informou que ficara sabendo, a partir de conversas mantidas com os espanhóis, que dois regimentos "bem disciplinados", e que haviam participado da guerra contra os ingleses, haviam sido enviados para Cartagena de Índias e Santa Fé; parte dessa tropa deveria também reforçar a cidade Quito para a defesa contra as "frequentes sublevações de Índios."<sup>7</sup> Temia-se, contudo que essas tropas pudessem mais tarde ser mobilizadas para fazer a guerra aos portugueses.<sup>8</sup>

Da parte das autoridades de Castela, as inquietações eram semelhantes. Para o Primeiro Comissário da Partida espanhola de demarcação, Francisco Requena, os trabalhos de sua comissão deveriam atentar, entre outras coisas, para os prováveis movimentos de tropas portuguesas em uma guerra, protegendo-se os espaços mais sensíveis a um ataque inimigo. Os limites dos domínios hispano-americanos deveriam ser guarnecidos, evitando-se que forças portuguesas alcançassem partes centrais das terras de Sua Majestade Católica no Novo Mundo. Assim, no ano de 1781, no início dos trabalhos das Partidas de demarcação, Francisco Requena escreveu sobre a necessidade de reforçar as defesas do rio Putumayo contra as incursões vindas do lado português da fronteira. Na boca do Putumayo deveria ser estabelecido um "respetable destacamento mandado por un oficial de juicio, entereza y buena conducta," devendo ser colocado outro posto militar na "boca más occidental del río Japurá" com a finalidade de criar obstáculos aos ataques lusos. Requena destacou que as medidas eram importantes caso viesse a ocorrer "alguna guerra" com Portugal, visto que os sobreditos rios possuíam "fáciles comunicaciones con nuestras

Provincias de Quito, Popayan, Napo y otros territorios de nuestro dominio.<sup>9</sup>

Diante das possíveis ameaças vindas dos domínios espanhóis, o reconhecimento do território pelos portugueses deveria ser oportunamente aproveitado para protegê-lo de possíveis invasões. Os comissários portugueses determinaram, em várias ocasiões, que se averiguassem as ligações fluviais entre a Capitania do Rio Negro e os territórios espanhóis, para assim reforçar a presença de tropas nos pontos estratégicos. Esse era o caso do Rio Branco, onde já havia ocorrido uma invasão espanhola. Segundo recomendações dos oficiais da Partida Portuguesa, o Rio Branco poderia servir de rota de uma nova invasão que, partindo da Capitania Geral da Venezuela, poderia ameaçar o Estado do Grão-Pará e mesmo a Capitania do Mato-Grosso.<sup>10</sup> Era necessário, assim, conhecer melhor quais rotas ligavam a região do Rio Branco à colônia espanhola, assim como ao também limítrofe estabelecimento colonial dos holandeses no Suriname.

O reconhecimento do território, essencial na formulação de planos de defesa e ataque, deveria ser vedado aos espanhóis que atuavam no Rio Negro durante as demarcações. Recomendava-se constantemente o controle sobre a circulação no território rio-negrino dos oficiais e outros membros da Partida Espanhola. Havia o receio de que, nesses deslocamentos, esses sujeitos pudessem formar um conhecimento mais balizado sobre a terra e os povos sob domínio de Portugal. As autoridades portuguesas procuraram regular o deslocamento dos oficiais espanhóis através da concessão de passaportes, objetivando assim limitar o espaço a ser percorrido por esses homens apenas às áreas onde atuavam as comissões de demarcação.<sup>11</sup>

Na avaliação das autoridades espanholas, a exigência de passaportes para os oficiais de sua Partida era mais uma artimanha portuguesa para a prática da usurpação de terras americanas de Sua Majestade Católica. Em 1787, o Primeiro Comissário espanhol afirmou que os passaportes eram mais um dos entraves enfrentados pela Partida de seu comando, entraves esses que visavam impedir que os espanhóis acompanhassem as expedições de reconhecimento e demarcação dos limites ibero-americanos. As poucas rotas permitidas aos espanhóis eram acompanhadas pelos oficiais portugueses, que destacavam soldados ou canoas para seguir as embarcações espanholas que circulavam entre a Capitania do Rio Negro e a Província de Maynas (pertencente à Audiência de

Quito). Outros caminhos eram interditados às canoas espanholas, como a ligação com o Orinoco, enquanto que o fornecimento de viveres e o serviço de correio com a Corte espanhola eram dificultados pelos portugueses, em um claro procedimento de sabotagem da Partida espanhola.<sup>12</sup>

### Contatos e temores na fronteira

O cuidado em controlar o conhecimento dos espanhóis sobre os Domínios portugueses não significou a interseção de qualquer comunicação entre os homens envolvidos nos trabalhos demarcatórios. Ao contrário, a troca de informações entre autoridades portuguesas e espanholas foi constante durante os trabalhos das comissões demarcadoras de fronteiras, pois era essencial para instruir sobre os procedimentos a serem tomados nas demarcações, e para a resolução de conflitos entre as partes envolvidas. Além desses casos, havia igualmente o intercâmbio de informações políticas mais gerais, geralmente divulgadas através de impressos. A remessa de gazetas era uma demonstração de cordialidade entre as partes, mas principalmente um recurso de instrução sobre o contexto político internacional e suas possíveis implicações nas negociações sobre os limites territoriais. Em dezembro de 1789, o Comissário da Partida espanhola, Francisco Requena, enviou aos oficiais portugueses "uma coleção de gazetas de Madri" que ele havia recebido de Quito. A coleção compreendia o período de maio de 1788 a março daquele ano, e uma das gazetas trazia a notícia sobre o falecimento do monarca espanhol, ocorrida no final de 1788.<sup>13</sup>

No caso acima, a demora do Comissário espanhol em informar a morte do rei certamente se devia não apenas às dificuldades de contato da área de fronteira com outras partes do império, mas também à cautela dos oficiais em selecionar o que contar aos portugueses, e em qual momento fazê-lo. O oficial português da Partida de demarcação já soubera da morte de Carlos III através das "canoas vindas da confinante Província [espanhola] de Maynas,"<sup>14</sup> portanto antes de ser formalmente comunicado pelas autoridades espanholas. Desse modo, a troca de impressos era evidentemente selecionada, buscando-se controlar o que deveria ou não ser informado às autoridades vizinhas. O diálogo entre as autoridades deveria ser pautado pela cautela, visto que certas notícias poderiam influenciar a condução do trabalho das comissões demarcadoras e a própria definição dos espaços imperiais na América.

Contudo, o fluxo de informações na fronteira não era alimentado somente pela troca de ofícios ou conversações mantidas pelos oficiais de ambas as partidas. O período de trabalho das comissões demarcadoras caracterizou-se pelo intenso deslocamento de homens entre os domínios portugueses e espanhóis, como militares, comerciantes, índios recrutados para os serviços nas canoas de reconhecimento do território. Além desses sujeitos, foi igualmente comum o trânsito pela fronteira de escravos fugidos e desertores. Com relação aos desertores, eles eram uma importante fonte de informações para autoridades espanholas e portuguesas. Muitos desses soldados relataram dados essenciais sobre o que se passava nos domínios confinantes, como rotas de viagem, movimentação de tropas, estado político e econômico das áreas limítrofes. Desse modo, dados significativos sobre as terras confinantes, e que por isso eram geralmente ocultados nos diálogos mantidos entre as autoridades, eram transmitidos pelos desertores. Por isso, uma das preocupações mais presentes na documentação gerada pelas autoridades portuguesas era protestar contra a fuga de desertores para os Domínios espanhóis, assim como proteger os soldados espanhóis que buscavam abrigo nas terras do Rio Negro.

Segundo quatro desertores espanhóis que se apresentaram aos portugueses em Tabatinga, o Comissário espanhol Francisco Requena havia determinado que se prestassem todos os auxílios aos soldados portugueses que fugissem para o lado espanhol da fronteira; os desertores deveriam também ser encaminhados para Quito, certamente para dificultar que eles retornassem para a América portuguesa.<sup>15</sup> Ao abrigar os desertores portugueses, os espanhóis poderiam inquiri-los sobre diferentes informações a respeito do território vizinho. Assim, um oficial espanhol confidenciou a outro da Partida portuguesa que gostaria de conhecer o "Pará pelas boas notícias que tinha ouvido daquela Cidade" em Guayaquil de um desertor português. Esse desertor lhe havia dito que a cidade "era bastantemente grande" e que "tinha muita Tropa."<sup>16</sup>

O contato diário entre portugueses e espanhóis também proporcionava o acúmulo de dados sobre o território vizinho. Uma das descrições que os portugueses dispunham sobre a cidade de Quito foi construída a partir das conversações mantidas pelo ajudante de cirurgia José Ferreira com alguns oficiais e soldados espanhóis que serviam na vila de Ega, na capitania do Rio Negro. O documento sintetiza algumas notícias conseguidas durante conversas, consistindo um pequeno relatório com informações sobre número de

soldados na cidade, principais construções militares e impressões dos oficiais espanhóis sobre seus subordinados.<sup>17</sup> Esses fluxos cotidianos de informação acabavam, assim, se revelando valiosos para conhecer, mesmo que de maneira parcial e fragmentada, o outro lado da fronteira.

Em certos momentos, porém, a manutenção da segurança interna requeria o contato com as autoridades do outro lado da fronteira. Assim, a grande sublevação indígena liderada por Túpac Amaru, no Vice-Reino do Peru no início da década de 1780, foi objeto de atenção nos documentos enviados aos portugueses. Os espanhóis encaminharam aos oficiais da Coroa portuguesa diversos informes sobre a guerra que estavam travando contra os índios no Peru e Alto Peru. Francisco Requena informou João Pereira Caldas que ocorrera em Cuzco a "escandalosa y muy sensible novedad de haber sublevado un Indio rebelde y traidor llamado José Gabriel Túpac Amaru." Requena alertou também que a rebelião indígena iniciada em Cuzco poderia afetar a Província de Moxos, e a partir desta "los territorios de Mato Grosso." Por fim, lembrou Requena a João Pereira Caldas de que ele deveria informar seus "Súbditos y Jueces Subalternos" que, segundo o "espírito del Tratado de Amistad" de 1778, não deveriam dar "auxilio, ni acogida alguna a los rebeldes."<sup>18</sup>

A comunicação do Comissário Requena foi recebida com desconfiança, como fica evidente nos documentos trocados entre as autoridades portuguesas do Rio Negro e do Mato Grosso. Pereira Caldas remeteu a Luis Albuquerque de Melo Pereira e Cárceres, governador do Mato Grosso, o documento do Comissário espanhol. Em resposta, o governador afirmou estranhar o "esquisito zelo, e lembrança que afetou" Requena, pois as autoridades portuguesas não poderiam agir da maneira solicitada por ele sem receberem antes "muitas [ordens] expressas da nossa Corte".<sup>19</sup> Em outro ofício, Pereira e Cárceres informou a Pereira Caldas que a Comissão espanhola ainda não havia iniciado os trabalhos de demarcação na fronteira de sua capitania, possivelmente devido aos "embaraços da sublevação indígena." Mas ele também supunha que os espanhóis não haviam iniciado o trabalho de demarcação porque esperavam conseguir melhores compensações territoriais no Rio Negro, o que não ocorreria na fronteira com a Capitania do Mato Grosso.<sup>20</sup> As comunicações mantidas pelos espanhóis sempre deveriam ser recebidas com desconfiança, as boas relações então mantidas com a

Corte espanhola não eliminavam a experiência de disputas que caracterizaram a fronteira luso-espanhola na América.

As relações entre as Cortes de Portugal e Espanha tornaram a ser caracterizadas pela ameaça do conflito armado a partir de meados da década de 1790. Depois da amenização do "perigo espanhol" pelos tratados de 1777 e 1778, e da participação portuguesa na aliança de espanhóis e ingleses contra a França revolucionária, o tratado franco-espanhol da Basileia, assinado em 1795, assinalou a retomada das hostilidades contra Portugal. França e Espanha declararam guerra aos ingleses e pressionaram os portugueses a renunciar à sua posição de neutralidade.<sup>21</sup> A retomada das tensões diplomáticas foi debatida pelas autoridades portuguesas na América. Em relação ao Rio Negro e ao Pará, a extensa zona fronteiriça das duas capitanias com franceses e espanhóis alimentava ainda mais o temor de uma invasão. Mais do que nunca, era necessário reforçar as tropas em pontos estratégicos, e manter a vigilância sobre o que se passava nas possessões de Espanha e França no continente. As autoridades do Grão-Pará e Mato-Grosso debatiam sobre o perigo de uma ofensiva espanhola em todos os pontos da América e a necessidade de uma contra-ofensiva coordenada das forças portuguesas. No final do ano de 1800, o governador do Grão-Pará, Francisco de Sousa Coutinho, recebeu notícias do governador de Mato Grosso sobre a movimentação de tropas espanholas no Paraguai;<sup>22</sup> em outra oportunidade, o governador do Mato Grosso solicitou ao do Grão-Pará o envio de soldados para reforçar a guarnição do Forte Príncipe da Beira.<sup>23</sup>

A eclosão da guerra parecia mais concreta no final do século XVIII, levando as autoridades da América a avaliar as possibilidades de sustentar o conflito armado contra os espanhóis. Em 1797, Manoel da Gama Lobo d'Almada, governador do Rio Negro, apresentou ao governador do Pará um plano de defesa para sua Capitania, que previa também a ofensiva contra os territórios espanhóis. Segundo alguns pontos de seu plano, seria possível tomar, através de uma ação rápida, as principais fortificações espanholas na fronteira, cortando as ligações entre o Orenoco e o Rio Negro.<sup>24</sup> A rápida ofensiva espanhola contra a fronteira portuguesa, na chamada Guerra das Laranjas em 1801, também foi seguida de ofensivas contra fortificações portuguesas no Mato Grosso, o que foi comunicado pelo governador desta capitania ao do Estado do Grão-Pará.<sup>25</sup>

Da parte dos oficiais que serviam no Rio Negro, também houve a preocupação de saber se os espanhóis estariam preparando um ataque. Para avaliar se haveria uma ofensiva, o oficial militar José Antonio Franco visitou o forte espanhol de San Carlos. Ao conversar com um dos soldados que servia em San Carlos, este lhe informou que haviam chegado notícias da guerra entre Espanha e Portugal, com invasões portuguesas à Galícia e à Estremadura, enquanto que espanhóis e franceses haviam respondido com a tomada de Algarves, Extremoz, Elvas e Olivença. Além disso, segundo as informações repassadas pelo soldado, "Portugal fizera pazes com Castela e com o partido de declarar guerras aos ingleses, e os portugueses não pegarem mais nunca em armas contra Castela."<sup>26</sup> Ainda segundo o relato de José Antonio Franco, os índios que que serviam no forte espanhol afirmaram que "os castelhanos tinham tomado na Europa do Nosso Príncipe duas Fortalezas", e que o Príncipe português "já as tornara a comprar a peso de muito dinheiro, também disseram que os castelhanos querem vir tomar [as fortalezas portuguesas de ] Marabitanas e S. Gabriel." Disseram também os índios que eles já estavam ocupados em "fazer roças para a gente quando viessem para a guerra," e que os castelhanos tinham ao seu lado muitos índios, e que os portugueses, "não tinham ninguém, e que se os castelhanos não tivessem valor não tomariam Marabitanas, nem S Gabriel, e se os portugueses também não tivessem ânimo, também não tomariam S Carlos."<sup>27</sup>

### Considerações finais

Dentre os temas que se faziam marcantes nos discursos das autoridades portuguesas e espanholas com relação às áreas de fronteira na parte norte da América do Sul, é possível elencar como um dos mais recorrentes a defesa militar dos limites territoriais desse espaço. A abordagem por parte dos oficiais demarcadores dessa questão ressaltava a experiência de conflitos envolvendo Espanha e Portugal. O futuro de paz anunciado pelo Tratado de Santo Ildefonso não apagava o passado de guerra que envolveu as duas Coroas. Desse modo, as desavenças e conflitos que opuseram historicamente espanhóis e portugueses na América deveriam ser levados em consideração na conjuntura das demarcações de limites, de modo que a delimitação e ocupação dos espaços coloniais assegurassem vantagens militares em uma guerra futura.

Assim, a movimentação de tropas nos domínios da Coroa espanhola na América deveria ser acompanhada pelas autoridades portuguesas. As informações prestadas por desertores espanhóis precisavam ser acolhidas de maneira cuidadosa pelos oficiais a serviço de Sua Majestade Fidelíssima. Na virada do XVIII para o XIX, as notícias sobre as campanhas na Europa eram discutidas pelos sujeitos que habitavam as zonas fronteiriças. Oficiais, soldados e indígenas tinham conhecimento da guerra em curso, e estavam cientes de que ela provavelmente envolveria as terras americanas em breve. A partir das informações disponíveis, os homens das fronteiras dos impérios ibéricos na América formulavam suas interpretações sobre a conjuntura em que viviam, e sobre o futuro das áreas coloniais. Além disso, a dinâmica das relações na fronteira, com aproximações e trânsito dos homens que habitavam a região, possibilitava a troca de informações essenciais para a orientação das políticas de defesa. A cotidiana interação entre os homens da fronteira se mostrava estratégica para a condução da política portuguesa para suas fronteiras coloniais, como o caso da Capitania do Rio Negro no período em questão.

#### Notas de Referência

- Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo (USP), orientado pelo Professor Doutor João Paulo Garrido Pimenta. Contato: castrobastos@hotmail.com
- 1 LUCENA GIRALDO, Manuel (Editor). *Francisco Requena y otros: Ilustrados y bárbaros. Diario de la exploración de límites al Amazonas (1782)*. Madrid: Alianza Editorial, 1991, pp. 9-11.
- 2 LUCENA GIRALDO, Manuel. "La Expedición Imaginaria: La ejecución del Tratado de San Ildefonso en la Guayana Española (1776-1784)." In: SOLANO, Francisco de, BERNABEU, Salvador (coord.). *Estudios (Nuevos y Viejos) Sobre la Frontera*. Madrid: CSIC, 1991, pp. 249-276.
- 3 VIDAL, Josep Juan, MARTINEZ RUIZ, Enrique. *Política Interior y Exterior de los Borbones*. Madrid: Ediciones Istmo, 2001, pp. 317-318.
- 4 Área administrativa ligada ao Estado do Grão-Pará, o Rio Negro era fronteiriço com os Vice-Reinos de Nova Granada e do Peru, e com a Capitania Geral da Venezuela
- 5 ROJO GARCÍA, María Loreto. "La Línea Requena: Fijación científica de la frontera brasileña con Venezuela, Nueva Granada y Perú (1777-1804)". In: SOLANO, Francisco de, BERNABEU, Salvador (coord.). *Estudios (Nuevos y Viejos) Sobre la Frontera*. Madrid: CSIC, 1991, pp. 217-247.

- 6 Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Rio Negro, Documento 276, 14/05/1783. Optou-se nesse artigo por atualizar a ortografia das fontes citadas.
- 7 AHU, Rio Negro, Documento 347, 03/09/1784.
- 8 AHU, Rio Negro, Documento 330, 30/07/1784.
- 9 Archivo General de Indias (AGI), Santa Fe, 663B. Carta de Francisco Requena a Jose de Galvez. Ega, 30/01/1781.
- 10 AHU, Rio Negro, Documento 291, 26/09/1783.
- 11 AHU, Rio Negro, Documento 322, 28/07/1784.
- 12 AGI, Santa Fe, 663B. Carta de Francisco Requena ao Marques de Sonora. Ega, 12/02/1787.
- 13 Arquivo Público do Estado do Pará (APEP), Códice 461, 22/12/1789; Primeira Comissão Demarcadora de Limites (PCDL), Coleção Pontes Ribeiro (CPR), A-36, p. 15.
- 14 PCDL, CPR, A-36, p. 15.
- 15 APEP, Códice 482, 19/11/1791.
- 16 AHU, Rio Negro, Documento 347, 03/09/1784.
- 17 APEP, Códice 493, 12/01/1792.
- 18 AHU, Rio Negro, Documento 227, 21/09/1781.
- 19 AHU, Mato Grosso, Documento 1361, 02/07/1782.
- 20 AHU, Mato Grosso, Documento 1364, 25/07/1782.
- 21 ALEXANDRE, Valentim. *Os Sentidos do Império: Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*. Porto: Edições Afrontamento, 1993.
- 22 APEP, códice 577, 19/11/1800.
- 23 APEP, Códice 577, 8/9/1801.
- 24 REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Lobo d'Almada: Um estadista colonial*. Manaus: Editora Valer, 2006, pp. 256-260.
- 25 APEP, Códice 579, 10/10/1801.
- 26 APEP, códice 577, 24/11/1801.
- 27 APEP, códice 577, 24/11/1801.